

LEVANTAMENTO DO PERFIL SÓCIO ECONÔMICO E CULTURAL DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO EM CURITIBA E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

A SURVEY OF THE CULTURAL AND ECONOMIC PROFILE OF CHILDREN, ADOLESCENTS AND RELATIVES UNDER STATE CARE IN CURITIBA AND SAO JOSE DOS PINHAIS

Andrea Luchesi M. Bomfim

Psicóloga da ACRIDAS e pesquisadora voluntária no GETFS.

E-mail: andrea.acridas@gmail.com

Dorival da Costa

Assistente Social, doutorando na PUC-SP, coordenador do projeto de Pesquisa e membro do GETFS.

E-mail: dorival.c@uninter.com

Mariana P. Richter

Assistente Social, mestre em Gestão Urbana PUCPR, professora universitária, pesquisadora do projeto de Pesquisa e membro do GETFS.

E-mail: mariana.ri@uninter.com

RESUMO

Este trabalho busca apresentar o resultado parcial da pesquisa realizada junto à instituição ACRIDAS, na cidade de Curitiba, sobre o processo de sociabilidade em que crianças e adolescentes acolhidos são expostos. Apresenta-se, deste modo, os objetivos da pesquisa, seu recorte temporal, bem como, o processo de construção do formulário utilizado como referência na pesquisa documental, além das categorias analíticas demonstradas. Ao final, são apresentados os resultados parciais desta pesquisa, com dados obtidos a partir da coleta de dados, fazendo inferências a partir da análise de conteúdo. De qualquer modo, as conclusões apresentadas, mesmo que parciais, já indicam um caminho a ser trilhado no que diz respeito à luta pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, sob o viés da sociabilidade.

PALAVRAS CHAVE: Acolhimento. Doutrina da situação irregular. Doutrina da proteção integral.

ABSTRACT

The following paper intends to present the partial result of a research performed at the ACRIDAS institution in the city of Curitiba regarding the process of sociability in which children and adolescents, under state care, are exposed. It displays the objectives of the research, in a specific period of time, how the form used as a reference in the documentary research was done, as well as the analytic categories shown. At the end, the partial results of this research are presented, with information that was obtained from the data collection, which inferred to the analysis of the content. Thus, the conclusions that are presented here, although being partial, indicate a way to be followed when it comes to the discussion towards the safety of the rights of the children and adolescents under state care regarding sociability.

Keywords: State Care. Doctrine of the irregular situation. Doctrine of the full protection.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em execução desde 2016 propõe o levantamento do perfil de crianças adolescentes e seus familiares- em situação de acolhimento em Curitiba e São José dos Pinhais. Neste sentido, busca identificar o processo de sociabilidade a que estes sujeitos estiveram inseridos, enquanto parte de instituições de acolhimento. Nesta discussão apenas vamos abordar a pesquisa na Associação Cristã de Assistência Social (ACRIDAS)¹, localizada em Curitiba, sem abordar a pesquisa realizada em São José dos Pinhais.

A ACRIDAS, desde 1984, vem recebendo crianças, adolescentes, por ordem judicial, acompanhando as famílias de origem e posteriormente os egressos nas suas especificidades. Essa experiência, o trabalho técnico, a equipe de profissionais, a gestão dos serviços, significativa mudança de paradigmas passando da “situação irregular” para a “proteção integral”, alterações significativas na constituição federal brasileira, legislações complementares, mundo do trabalho, aprofundamentos e novas demandas institucionais e profissionais são cenários que deveremos pensar para assim nortear a nossa pesquisa.

As pesquisas que se tem sobre essas crianças e adolescentes, no que se refere ao perfil, tem se pautado em estudos mais gerais envolvendo pesquisa amostral de significativos programas em âmbito nacional ou estadual; como autores de referência realizando estas pesquisas temos Lazzarini, Salcedo e Costa (2007). Nesta pesquisa, o público alvo são crianças e adolescentes acolhidos no período da pesquisa, o que totalizará um período de mais de trinta anos e levando em conta todos os que passaram pelo programa.

Pensando no período de experiências e documentos produzidos, conforme informações, quase 2.000 prontuários de registro técnicos das histórias desses sujeitos o Grupo de Estudo e pesquisa: Trabalho, Educação e Sociabilidade – (GETFS) do Centro Universitário Internacional – (UNINTER) e a coordenação da ACRIDAS (grupos de trabalhadores e técnicos) levantamos a seguinte problemática de pesquisa: qual é o perfil socioeconômico e cultural das crianças, adolescentes e familiares que já foram atendidos?

¹ É uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 08 de agosto de 1984, como pessoa jurídica de direito privado. Sua sede está localizada, na rua Eduardo Geronasso, 1782, Bairro Bacacheri, no município de Curitiba, Estado do Paraná.

O objetivo geral deste projeto é investigar o perfil sócio econômico cultural de crianças, adolescentes e familiares na realidade de acolhimento institucional, em Curitiba e São José dos Pinhais; porém, cabe lembrar que aqui falaremos da pesquisa realizada na cidade de Curitiba.

Temos como objetivos específicos: Realizar revisão normativa e bibliográfica sobre acolhimento no Brasil; construir perfil socioeconômico cultural de crianças, adolescentes e familiares a partir de formulário previamente elaborado com as principais categorias: técnica, social, econômica, cultural e institucional. Verificar a existência de informes, estudo social, psicológico ou pedagógico e outros nos prontuários. Investigar os motivos do acolhimento, permanência e retorno de crianças e adolescentes. Verificar a composição de equipes de trabalho com crianças, adolescentes e familiares ao longo dos anos. Verificar os vínculos familiares dos responsáveis (visitas de membros da família a Instituição ou da criança à família de origem) com a criança ou adolescente acolhido.

Se faz necessário uma Pesquisa Bibliográfica que contemple as legislações e normativas que estiveram vigentes nestes 32 anos, além das literaturas que discutam a política de atendimento, as categorias teóricas e da realidade que possam dar sustentação para a análise da proposta de pesquisa.

Em razão da riqueza documental contida nos prontuários, tomou-se a decisão de visitarmos esse vasto material, a partir de um prévio tratamento, tais como: separação por período histórico legal de 1984 até 1990; de 1990 até os dias de hoje.

No caso da pesquisa em andamento, os documentos são os prontuários de crianças e adolescentes e seus familiares produzidos desde 1984 pelas equipes de trabalhadores responsáveis da ACRIDAS, compostas por Coordenação, técnicos assistentes sociais, psicólogos, advogadas, médicos, enfermeiros, pedagogos, dentre outros na qualidade de voluntários, contratados por Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e outras formas com a responsabilidade de atender e propiciar encaminhamentos que se fizeram necessários.

Para a pesquisa documental utilizaremos um instrumental de pesquisa, questionário, um formulário de pesquisa semi-estruturada com uma predominância de informações quantitativas. A pesquisa quantitativa nos fornecerá informações privilegiadas para a organização de um perfil possível para que assim, a partir da

discussão das categorias teóricas e da realidade do programa de Acolhimento podemos analisar de forma qualitativa, podendo assim inferir por meios das informações apresentadas. A coleta faz-se na leitura minuciosa dos prontuários, com foco na coleta das informações previamente estabelecidas devendo seguir um rigor acadêmico no sentido que mesmo sendo colhidos por pesquisadores diferentes não percam o foco estabelecido pelos objetivos.

Para facilitar a organização das informações esse questionário foi digitalizado em planilha eletrônica, google docs, que pela sua facilidade e praticidade é indicado nesses casos. A cada prontuário registrado receberá uma numeração e no documento físico será fixado uma etiqueta, permitindo assim uma nova consulta confiável.

Como essa documentação perpassa momentos diferentes legais, com mudanças significativas na organização da política de atendimento desses sujeitos, o rol de questões será a partir da visão atual dos pesquisadores sobre o atendimento desses sujeitos, podendo assim demonstrar discrepâncias significativas nos resultados, mas que serão justificados nas análises qualitativas.

Com relação à coleta das informações, elaboramos e validamos instrumentos de pesquisa quantiquantitativa, questionários semiestruturado, sendo que o formulário apresenta algumas categorias, as quais elencamos aqui as mais importantes nesta fase da pesquisa: Tempo de permanência; Gênero; Cor, raça etnia; possui irmãos? Há alguns em acolhimento? Existe prontuários individualizados dos grupos de irmãos acolhidos? Existe informação se as crianças e adolescentes são irmãos, filhos dos mesmos genitores e da composição familiar ao ser acolhido; como foi acolhido?; qual foi o motivo do acolhimento? Há registro de reincidência no Acolhimento da criança/adolescente? Qual foi o destino do Acolhido? Existe registro sobre o processo de desinstitucionalização da criança/adolescente; Tem Plano Individualizado de Acolhimento PIA? Estudo Social? Relatórios? Pareceres? Família visitava seu (s) filho (s); recebia visitas de Amigos, comunidade? Saía para visitas à família de origem, amigos e comunidade? Apadrinhamento de voluntário, recebia visita e saía para visitá-los? Registro sobre a renda familiar/responsáveis no prontuário; consta registro qual a ocupação dos responsáveis (trabalho, atividade remunerada ou não?); qual (ais) ocupações remuneradas? Percebe-se

o registro técnico no prontuário? Se há registro técnico, quais profissões constam desses registros? Qual é o profissional?

Após a validação do formulário, *Google Docs*, realizamos treinamento com grupos de pesquisadores, bolsistas de iniciação científica, alunos e pesquisadores voluntários, em decorrência da metodologia definida de pesquisa documental, a partir dos prontuários construídos pelas equipes da ACRIDAS desde 1984. O acesso ao formulário foi a partir de *link* disponibilizado aos pesquisadores podendo ser preenchidos na sede da ACRIDAS ou no Campus Carlos Gomes - UNINTER, com rigoroso controle para que não haja duplicidade.

Após o processo de coleta da informação, será realizada o tratamento dessas informações, para a análise utilizaremos a Análise de Conteúdo para as questões abertas e outras que se fizerem necessárias para compreensão. A Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas de análise, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Como afirma Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

Os materiais de registros técnicos são os mais tradicionais na análise de conteúdo tais como diários de campo, registros de pesquisa, fichas de cadastros, prontuários, processos, autos e etc., do qual nossa pesquisa irá se utilizar dos registros técnicos, coordenação e do judiciário.

Segundo Bardin (2006), a análise de conteúdos se organiza em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais.

É a organização propriamente dita por meio de quatro etapas: (a) leitura flutuante, quando se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos, (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) determinação de indicadores por meio de texto nos documentos de análise (BARDIN, 2006).

A exploração do material constitui a segunda fase, que consiste na exploração do material com a definição de categorias (sistemas de codificação) visando à categorização

e à contagem frequência. A exploração do material possibilita ou não a riqueza das interpretações e inferências. Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao corpus será submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase (BARDIN, 2006).

A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação, destacando-se as dimensões da codificação e categorização que possibilitam e facilitam as interpretações e as inferências. Compreendendo a categorização, como a classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação (BARDIN, 2006, p. 117).

PERCURSOS EM PERMANENTE MOVIMENTO

A ACRIDAS realiza o Programa de Acolhimento Institucional e no decorrer dos anos, o serviço de acolhimento foi se estruturando e, com o apoio e doações da sociedade curitibana, foram construídas 08 casas, além de espaços comuns para escritório e atividades sociais. Um dos marcos da instituição foi sua adaptação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (publicado em 1990). Com a vigência da nova legislação (Lei nº 8069/90), fruto de intensos debates e questionamentos por parte da sociedade civil no que tange à garantia de direitos das crianças e adolescentes, a ACRIDAS passa a desenvolver seu trabalho sob a ótica do direito à convivência familiar e comunitária. Um dos eixos trata do trabalho técnico direcionado ao retorno à família de origem e, nas situações em que tal diretriz não se faz possível, direcion-se um trabalho de encaminhamento destas crianças e adolescentes à adoção.

Cabe ressaltar que a ACRIDAS é entidade de direito privado que está cadastrada no CNAS, atuando na perspectiva da política da assistência social, nos serviços de proteção especial de alta complexidade. A caracterização desta entidade atende ao disposto na Resolução 109 do CNAS, quando aborda a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, prestando serviços nas modalidades de serviço de acolhimento institucional- casa lar e Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

As fontes de recursos mais recorrentes são: doações de pessoas físicas ou jurídicas, contribuições de associados, convênios, termos de parcerias (celebrados com pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado), além de rendimentos de aplicações financeiras e outras rendas eventuais.

É uma instituição inscrita como Entidade de Atendimento na Política da Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social e realiza serviço de Proteção Social Especial (PSE) de Alta complexidade atendendo crianças e adolescentes encaminhados pela Justiça para serem acolhidos e atendidos na lógica de Proteção Integral, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Brasil, a partir da Legislação de 1927 procura organizar a política de atendimento à criança e ao adolescente e acompanhamento das suas famílias, principalmente aqueles que de uma forma ou outra não consegue operar os cuidados mínimos para oferecer a proteção social dessas crianças. O Estado brasileiro em razão disso, em respostas às demandas sociais, vem atualizando as legislações e ofertando serviços e programas para atender as crianças e adolescentes que são retirados de suas famílias de origem e os coloca sobre os cuidados, em serviços próprios ou em serviços ofertadas pela Organização da Sociedade civil devidamente regulamentada.

Existem cinco modalidades específicas de serviços de acolhimentos no Brasil, sendo eles, Abrigos, Casas de Passagem, Casas Lares, Repúblicas e Família Acolhedora, conforme resolução CNAS 109- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. A região Sul do país, onde se encontra a Acridas, de acordo com o IPEA (2004), é responsável por 20,7% das crianças acolhidas no Brasil, ficando atrás apenas da região Sudeste que detém quase metade dos acolhimentos brasileiros.

Em uma sociedade em constante evolução e desenvolvimento, a realidade das instituições de acolhimento sofreu um reordenamento e em muito foi alterada em seu funcionamento após o surgimento do ECA e da própria Constituição de 1988, de acordo com Rizzini e Rizzini (2004) essas transformações ocorreram, mais especificamente, a partir da década de 80, quando muitas pesquisas sociais deram início a um novo tempo de análise e investigação sobre essa camada da população. A manutenção nos serviços prestados à comunidade foi transformada a partir da maneira de relacionar-se com os acolhidos, com um olhar individualizado dentro do seu contexto social projetando-os

para uma autonomia social, como Silva (2004, p. 19) destaca como um dos princípios: “substituição da tendência assistencialista por propostas de caráter socioeducativo e emancipatório”.

Durante o século XX, os impactos sociais sofridos, de acordo com Rizzini e Rizzini (2004) acarretaram em aumento no número das crianças abandonadas. Desta forma, os infantes deixaram de ser uma questão privada para se tornarem foco de políticas públicas e administrativas da União.

Neste caminho teremos duas grandes legislações históricas devem ser visitadas: Código de Menores de 1979 e sua doutrina da situação irregular e o Estatuto da Criança e Adolescente com a doutrina da Proteção Integral, além do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e a Orientação Técnica para o Acolhimento Institucional e Familiar. Arelado a essa revisão teremos ainda uma vasta literatura que vem discutindo a situação do Acolhimento Institucional no Brasil.

UMA BREVE APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

No início do mês de outubro de 2017 já temos 213 formulários analisados. Iremos apontar alguns itens da nossa pesquisa como: a idade que foi acolhido em média até 6 meses 24,5% idade que saiu 6 meses, mas com predominância por não constar esta informação em 22,1% dos formulários. Repete a falta de informação em 33,3% e temos 37,5% masculino e 29,1% feminino.

Sobre a pertença racial temos uma total falta de informação em 86,9% dos prontuários. Sobre os acolhidos terem mais irmãos em 46% é afirmativo, com um irmão em 19,2%.

Conhecendo o prontuário, em 34,7% não são prontuários individualizados. A composição familiar ao ser tomada a decisão de acolhimento em 32,9% é nuclear e predomina a falta de informação em 32,4% dos casos.

Ao buscarmos informação de como foi acolhido, há predominância na falta de anotações em 38,5% e o Juiz em 18,3% e o Conselho Tutelar com 16% como responsável pela medida. O motivo para a tomada de decisão pelo acolhimento não consta em 41,8% e

a negligência é apontada em 21,6%. Sobre a reincidência no acolhimento encontramos 12,7% afirmativo.

Sobre o destino da criança e adolescente temos o retorno à família de origem em 22,5% e em para família substituta 21,1%, mas a falta de informação é de 21,6% dos prontuários. Sobre o processo de saída do acolhimento temos a predominância não ter informação registrada em 61,9% dos prontuários. Em 31,9 % dos prontuários tem registro sobre a saída da criança ou adolescente do acolhimento.

Sobre a existência do PIA, após a normatização sobre a obrigatoriedade, apenas 6,1% consta este documento no prontuário. A mesma forma estudo social em 38%, Relatórios em 44,1%, Pareceres em 44,6% e em 50% não consta manifestação técnica e em 38% tem manifestação de Assistentes Sociais.

Sobre a convivência que as crianças e adolescentes mantinham com sua família de origem, consta 22,1% afirmativo e a falta de informação registrada em 48,4%. Informações sobre a situação sócio econômica da família com respeito a renda e ocupação do responsável em 74,2% e 61% não consta nenhuma anotação.

Lembrando que estes dados contados até o momento apenas 10% do total a ser coletado ao final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ora realizada tem o condão de analisar, por meio da leitura de prontuários institucionais, o processo de sociabilidade a que crianças e adolescentes institucionalizados estiveram expostos durante o processo de acolhimento.

Porém, cabe ressaltar que, o período histórico no qual tais prontuários foram analisados representa um período de alterações legislativas e de mudança de perspectiva na política de atendimento à criança e adolescente. Trata-se de um momento histórico na sociedade brasileira de aprovação da intitulada Constituição Cidadã (CF88) e da alteração de perspectiva da doutrina da situação irregular para a doutrina de proteção integral, quando se faz referência à leitura dos direitos de crianças e adolescentes. Certamente, esta alteração histórica faz com que o processo próprio de atendimento institucional também seja alterado.

Porém, o que a pesquisa nos mostra – com base no resultado parcial de coleta de dados e análise, diz respeito a uma realidade institucional ainda frágil no que se refere à garantia e efetivação dos direitos de crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Os dados apresentados nos desvelam a realidade da própria política de atendimento. A falta de informação nos prontuários analisados, seja no que diz respeito à idade do acolhimento, seja na forma como foi inserido no serviço de acolhimento, sobre o destino da criança e do adolescente quando de sua saída da instituição entre outros elementos indicados na pesquisa, retratam uma fragilidade no processo de registro de informações.

Além disso, os dados deste resultado parcial demonstram uma leitura da realidade social da institucionalização de crianças e adolescentes, os quais: a predominância do acolhimento de bebês do sexo masculino. O judiciário comparece como ainda, o maior direcionador de acolhimento institucional nos dados desta pesquisa e a negligência comparece como o maior indicativo de motivo que gerou o acolhimento. O retorno à família de origem ainda é maior que o encaminhamento à família substituta, mas em percentuais muito singelos.

A pesquisa apontou ainda uma fragilidade na existência do PIA (após a exigência legal), além da pouca referência de instrumentos técnicos no trabalho realizado institucionalmente. Apenas uma parcela das crianças e adolescentes apresenta convivência familiar mantida durante o acolhimento e, também neste item, prevalece a ausência de informações.

Deste modo, é possível inferir que, em que pese a evolução na perspectiva da garantia de direitos relacionada à política de atendimento à criança e ao adolescente na contemporaneidade, a sua consolidação em práticas institucionais efetivas ainda se coloca de forma frágil. A pesquisa ainda está em andamento, mas indica elementos que precisarão ser analisados e trabalhados nos serviços de acolhimento.

Há que se trabalhar, certamente, em práticas reflexivas acerca das políticas de atendimento às crianças e adolescentes que expressem e reflitam a defesa da doutrina de proteção integral. Esta pesquisa alerta para elementos que, se não bem refletidos e trabalhados no plano cotidiano, podem indicar a intenção de trabalhar na perspectiva da doutrina de proteção integral, mas com o viés camuflado da doutrina da situação irregular. A alteração desta concepção não se faz suficiente em arcabouços jurídico-

legais; é preciso que se alterem- culturas de trabalho e institucionais, para que a doutrina de proteção integral não represente uma simples utopia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. (L. de Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Portugal; Edições 70, 2006 (obra original publicada em 1977) .

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em: http://www.mds.gov.br/suas/noticias/resolucao_cnas_no109_-_11_11_2009_-_tipificacao_de_servicos.pdf, , acessado em 10.10.2017.

BRASIL. Lei nº 6697, de 10 de outubro de 1979. **Código de Menores**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm, acessado em: 14 de outubro de 2017.

BRASIL. Decreto nº 17.943- A , de 12 de outubro de 1927. **Consolida as leis de assistência e proteção a menores**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm, acessado em: 14 de outubro de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm, acessado em 14 de outubro de 2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm, acesso em 14 de outubro de 2017.

BRASIL. CONANDA E CNAS. **Orientações Técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, fevereiro de 2008.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/mari_/Downloads/Plano%20Nacional%20de%20Convivencia%20Familiar%20e%20Comunitaria%202013%20PNCFC-1.pdf, acessado em 08. 10. 2017.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LAZZARINI, Valtenir; COSTA, Dorival; SALCEDO, Eliane. **Acolhimento institucional no Paraná: desvendando a realidade – relatório executivo**. SETP/CEDCA. Curitiba: 2007. Disponível em <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/desvendandorealidade.pdf>.

Levantamento do Perfil Sócio Econômico e Cultural de Crianças, Adolescentes e Familiares em Situação de Acolhimento em Curitiba e São José dos Pinhais

LAZZARINI, Valtenir; COSTA, Dorival; SALCEDO, Eliane. LAZZARINI (coord). **Acolhimento Institucional no Paraná: quero uma família para mim.** Curitiba: SETP/CEDCA, 2007.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SILVA. Enid Rocha Andrade da. (coord.) **O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados.** in: O direito à convivência familiar e comunitária : os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil / Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). Brasília : IPEA/CONANDA, 2004. 416 p.: il